

Estes, em síntese, os principais pontos que nortearam a elaboração do presente projeto de consolidação, o qual o Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Eleitoral Brasileira ora submete à apreciação da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões,
Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA
Grupo de Trabalho para Consolidação da
Legislação Eleitoral Brasileira

O Presidente da Câmara dos Deputados torna público o Projeto de Lei nº 3.990 de 2000, que declara revogados a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 e os atos normativos que mencionam, pertinentes a terras devolutas e a colonização, de autoria do Poder Executivo. Esse projeto constitui providência consolidatória visando apenas sistematizar formalmente as leis existentes sobre a matéria atualmente em vigor no País, sem que haja qualquer alteração de mérito, extraídos apenas os dispositivos considerados repetitivos, conflitantes, inconstitucionais ou ininteligíveis, tudo voltado para o enxugamento legislativo com racional diminuição de artigos de leis. A relevância da matéria recomenda a ampla divulgação da proposta, a fim de que todos possam contribuir com críticas para o seu aperfeiçoamento. Nos termos do artigo 212, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, eventuais sugestões nesse sentido deverão ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias ao Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Brasileira, anexo II, ala C, sala T 04, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, CEP 70160-900, FAX (061) 318-2978. Telefone: (061) 318-7594/96. E-mail: gtlx@camara.gov.br.

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 3.990, DE 2000.
(Do Poder Executivo)

Declara revogados a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 e os atos normativos que mencionam, pertinentes a terras devolutas e a colonização.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São declarados revogados:

- I - Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850;
 - II - Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941;
 - III - Decreto-Lei nº 3.266, de 12 de maio de 1941;
 - IV - Decreto-Lei nº 4.504, de 22 de julho de 1942;
 - V - Decreto-Lei nº 5.153, de 31 de dezembro de 1942;
 - VI - Decreto-Lei nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943;
 - VII - Decreto-Lei nº 6.327, de 8 de março de 1944;
 - VIII - Decreto-Lei nº 7.916, de 30 de agosto de 1945;
 - IX - Lei nº 2.932, de 31 de outubro de 1956;
 - X - Lei nº 3.984, de 21 de novembro de 1961.
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília,

O Presidente da Câmara dos Deputados torna público o Projeto de Lei nº 4.000 de 2001, que declara revogada a Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957 e os demais atos que mencionam, afetos ao Setor Transportes, de autoria do Poder Executivo. Esse projeto constitui providência consolidatória visando apenas sistematizar formalmente as leis existentes sobre a matéria atualmente em vigor no País, sem que haja qualquer alteração de mérito, extraídos apenas os dispositivos considerados repetitivos, conflitantes, inconstitucionais ou ininteligíveis, tudo voltado para o enxugamento legislativo com racional diminuição de artigos de leis. A relevância da matéria recomenda a ampla divulgação da proposta, a fim de que todos possam contribuir com críticas para o seu aperfeiçoamento. Nos termos do artigo 212, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, eventuais sugestões nesse sentido deverão ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias ao Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Brasileira, anexo II, ala C, sala T 04, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, CEP 70160-900, FAX (061) 318-2978. Telefone: (061) 318-7594/96. E-mail: gtlx@camara.gov.br.

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 4.000, DE 2001
(Do Poder Executivo)

Declara revogada a Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957 e os demais atos que mencionam, afetos ao Setor Transportes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São declarados revogados as Leis, Decretos do Poder Legislativo e os Decretos-Leis relacionados no Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília,

ANEXO

Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957
Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958
Lei nº 3.891, de 26 de abril de 1961
Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962
Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963
Lei nº 4.514, de 1º de dezembro de 1964
Lei nº 4.985, de 18 de maio de 1966
Lei nº 5.186, de 8 de dezembro de 1966
Lei nº 5.312, de 4 de setembro de 1967
Lei nº 5.388, de 21 de fevereiro de 1968
Lei nº 5.391, de 23 de fevereiro de 1968
Lei nº 5.434, de 14 de maio de 1968
Lei nº 5.858, de 11 de dezembro de 1972
Lei nº 6.171, de 9 de dezembro de 1974
Lei nº 6.473, de 29 de novembro de 1977
Lei nº 8.075, de 16 de agosto de 1990
Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892

Decreto do Poder Legislativo nº 405, de 28 de outubro 1896

Decreto do Poder Legislativo nº 832, de 30 de dezembro de 1901

Decreto do Poder Legislativo nº 5.141, de 5 de janeiro de 1927

Decreto-Lei nº 12, de 7 de julho de 1966
Decreto-Lei nº 67, de 2 de novembro de 1966
Decreto-Lei nº 154, de 10 de fevereiro de 1967
Decreto-Lei nº 244, de 28 de fevereiro de 1967
Decreto-Lei nº 253, de 7 de fevereiro de 1968
Decreto-Lei nº 306, de 28 de fevereiro de 1967
Decreto-Lei nº 456, de 6 de fevereiro de 1969
Decreto-Lei nº 790, de 27 de agosto de 1969
Decreto-Lei nº 1.120, de 14 de agosto de 1970
Decreto-Lei nº 1.218, de 15 de maio de 1972
Decreto-Lei nº 1.480, de 3 de agosto de 1976
Decreto-Lei nº 1.507, de 23 de dezembro de 1976
Decreto-Lei nº 1.842, de 29 de dezembro de 1980
Decreto-Lei nº 1.951, de 30 de dezembro de 1939
Decreto-Lei nº 2.154, de 27 de abril de 1940
Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940
Decreto-Lei nº 2.911, de 31 de dezembro de 1940
Decreto-Lei nº 3.100, de 7 de março de 1941
Decreto-Lei nº 3.119, de 17 de março de 1941
Decreto-Lei nº 3.184, de 9 de abril de 1941
Decreto-Lei nº 3.198, de 14 de abril de 1941
Decreto-Lei nº 3.524, de 21 de agosto de 1941
Decreto-Lei nº 3.595, de 5 de setembro de 1941
Decreto-Lei nº 3.736, de 22 de outubro de 1941
Decreto-Lei nº 5.034, de 4 de dezembro de 1942
Decreto-Lei nº 5.224, de 25 de janeiro de 1943
Decreto-Lei nº 5.252, de 16 de fevereiro de 1943
Decreto-Lei nº 7.550, de 14 de maio de 1945
Decreto-Lei nº 7.779, de 25 de julho de 1945
Decreto-Lei nº 8.309, de 6 de dezembro de 1945
Decreto-Lei nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945
Decreto-Lei nº 8.572, de 8 de janeiro de 1946
Decreto-Lei nº 8.747, de 21 de janeiro de 1946
Decreto-Lei nº 8.959, de 28 de janeiro de 1946
Decreto-Lei nº 9.253, de 13 de maio de 1946
Decreto-Lei nº 9.339, de 10 de junho de 1946

O Presidente da Câmara dos Deputados torna público o Projeto de Lei nº 4.202 de 2001, que declara revogado o Decreto Legislativo nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, e os demais atos que mencionam, relativos a matéria previdenciária, de autoria do Poder Executivo. Esse projeto constitui providência consolidatória visando apenas sistematizar formalmente as leis existentes sobre a matéria atualmente em vigor no País, sem que haja qualquer alteração de mérito, extraídos apenas os dispositivos considerados repetitivos, conflitantes, inconstitucionais ou ininteligíveis, tudo voltado para o enxugamento legislativo com racional diminuição de artigos de leis. A relevância da matéria recomenda a ampla divulgação da proposta, a fim de que todos possam contribuir com críticas para o seu aperfeiçoamento. Nos termos do artigo 212, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, eventuais sugestões nesse sentido deverão ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias ao Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Brasileira, anexo II, ala C, sala T 04, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, CEP 70160-900, FAX (061) 318-2978. Telefone: (061) 318-7594/96. E-mail: gtlx@camara.gov.br.

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 4.202 DE 2001
(Do Poder Executivo)

Declara revogado o Decreto Legislativo nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, e os demais atos que mencionam, relativos a matéria previdenciária.

CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Consideram-se revogados as Leis Complementares, as Leis, os Decretos-Leis e os Decretos Legislativos relacionados no Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília,

ANEXO

Decreto Legislativo nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919;
Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923;
Decreto Legislativo nº 5.109, de 20 de dezembro de 1936;
Lei nº 367, de 31 de dezembro de 1936;
Lei nº 380, de 16 de janeiro de 1937;
Lei nº 477, de 17 de agosto de 1937;
Decreto-Lei nº 65, de 14 de dezembro de 1937;
Decreto-Lei nº 78, de 17 de dezembro de 1937;
Decreto-Lei nº 139, de 29 de dezembro de 1937;
Decreto-Lei nº 288, de 23 de fevereiro de 1938;
Decreto-Lei nº 398, de 30 de abril de 1938;
Decreto-Lei nº 462, de 2 de junho de 1938;
Decreto-Lei nº 574, de 28 de julho de 1938;
Decreto-Lei nº 613, de 12 de agosto de 1938;
Decreto-Lei nº 626, de 18 de agosto de 1938;
Decreto-Lei nº 627, de 18 de agosto de 1938;
Decreto-Lei nº 651, de 26 de agosto de 1938;
Decreto-Lei nº 720, de 21 de setembro de 1938;
Decreto-Lei nº 775, de 7 de outubro de 1938;
Decreto-Lei nº 937, de 8 de dezembro de 1938;
Decreto-Lei nº 970, de 21 de dezembro de 1938;
Decreto-Lei nº 1.067, de 21 de janeiro de 1939;
Decreto-Lei nº 1.124, de 28 de fevereiro de 1939;
Decreto-Lei nº 1.129, de 2 de março de 1939;
Decreto-Lei nº 1.142, de 9 de março de 1939;
Decreto-Lei nº 1.308, de 16 de maio de 1939;
Decreto-Lei nº 1.355, de 19 junho de 1939;
Decreto-Lei nº 1.468, de 1º agosto de 1939;
Decreto-Lei nº 1.715, de 28 de outubro de 1939;
Decreto-Lei nº 1.922, de 28 de dezembro de 1939;
Decreto-Lei nº 1.927, de 28 de dezembro de 1939;
Decreto-Lei nº 1.982, de 26 de janeiro de 1940;
Decreto-Lei nº 2.004, de 7 de fevereiro de 1940;
Decreto-Lei nº 2.120, de 9 de abril de 1940;
Decreto-Lei nº 2.122, de 9 de abril de 1940;
Decreto-Lei nº 2.235, de 27 de maio de 1940;
Decreto-Lei nº 2.382, de 6 de junho de 1940;
Decreto-Lei nº 2.386, de 11 de julho de 1940;
Decreto-Lei nº 2.410, de 15 de julho de 1940;
Decreto-Lei nº 2.474, de 5 de agosto de 1940;
Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940;
Decreto-Lei nº 2.755, de 7 de novembro de 1940;
Decreto-Lei nº 2.765, de 9 de novembro de 1940;
Decreto-Lei nº 2.865, de 12 de dezembro de 1940;
Decreto-Lei nº 2.937, de 9 de janeiro de 1941;
Decreto-Lei nº 2.988, de 27 de janeiro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.138, de 24 de março de 1941;
Decreto-Lei nº 3.234, de 6 de maio de 1941;
Decreto-Lei nº 3.241, de 8 de maio de 1941;
Decreto-Lei nº 3.289, de 20 de maio de 1941;
Decreto-Lei nº 3.357, de 19 de junho de 1941;
Decreto-Lei nº 3.577, de 1º de setembro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.695, de 8 de outubro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.700, de 9 de outubro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.709, de 14 de outubro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.710, de 14 de outubro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.768, de 28 de outubro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.939, de 16 de dezembro de 1941;
Decreto-Lei nº 3.969, de 23 de dezembro de 1941;
Decreto-Lei nº 4.009, de 12 de janeiro de 1942;
Decreto-Lei nº 4.080, de 23 de fevereiro de 1942;
Decreto-Lei nº 4.123, de 3 de fevereiro de 1942;
Decreto-Lei nº 4.210, de 27 de março de 1942;
Decreto-Lei nº 4.371, de 10 de junho de 1942;
Decreto-Lei nº 4.450, de 9 de julho de 1942;
Decreto-Lei nº 4.508, de 23 de julho de 1942;
Decreto-Lei nº 4.551, de 4 de agosto de 1942;
Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942;
Decreto-Lei nº 4.859, de 21 de outubro de 1942;
Decreto-Lei nº 4.869, de 23 de outubro de 1942;
Decreto-Lei nº 5.087, de 14 de dezembro de 1942;
Decreto-Lei nº 5.216, de 22 de janeiro de 1943;
Decreto-Lei nº 5.291, de 1º de março de 1943;
Decreto-Lei nº 5.365, de 31 de março de 1943;
Decreto-Lei nº 5.505, de 20 de maio de 1943;
Decreto-Lei nº 5.576, de 14 de junho de 1943;
Decreto-Lei nº 5.645, de 5 de julho de 1943;
Decreto-Lei nº 5.772, de 24 de agosto de 1943;
Decreto-Lei nº 5.811, de 13 de setembro de 1943;
Decreto-Lei nº 5.932, de 26 de outubro de 1943;
Decreto-Lei nº 6.039, de 25 de novembro de 1943;
Decreto-Lei nº 6.136, de 24 de dezembro de 1943;
Decreto-Lei nº 6.164, de 31 de dezembro de 1943;
Decreto-Lei nº 6.191, de 10 de janeiro de 1944;
Decreto-Lei nº 6.209, de 19 de janeiro de 1944;
Decreto-Lei nº 6.272, de 14 de fevereiro de 1944;
Decreto-Lei nº 6.299, de 29 de fevereiro de 1944;
Decreto-Lei nº 6.508, de 18 de maio de 1944;
Decreto-Lei nº 6.632, de 27 de junho de 1944;
Decreto-Lei nº 6.707, de 18 de julho de 1944;
Decreto-Lei nº 6.741, de 27 de julho de 1944;
Decreto-Lei nº 6.905, de 26 de setembro de 1944;
Decreto-Lei nº 6.930, de 5 de outubro de 1944;
Decreto-Lei nº 7.154, de 14 de dezembro de 1944;
Decreto-Lei nº 7.244, de 15 de janeiro de 1945;
Decreto-Lei nº 7.245, de 15 de janeiro de 1945;